

MINISTÉRIO DAS
CIDADES



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

1º TRIMESTRE /2026

ÍNDICE

I – Contexto Operacional	05
II – Demonstrações Contábeis.....	07
Balanço Patrimonial.....	07
Demonstração das Variações Patrimoniais	09
Balanço Orçamentário.....	10
Balanço Financeiro	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	13
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	14
III – Notas Explicativas... ..	15
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	16
BALANÇO PATRIMONIAL - BP	21
01 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	21
02 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Curto Prazo	22
03 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	22
04 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo.....	23
05 – Bens Móveis.....	23
06 – Bens Imóveis	24
07 – Obrigações e Repartições a Outros Entes (Curto Prazo).....	24
08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais Longo Prazo	25
09 – Provisões de Longo Prazo	25
10 – Resultados Acumulados (Patrimônio Líquido)	25
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP	26
11 – Resultado Patrimonial	26
12 – Transferências e Delegações Recebidas.....	27
13 – Outras Variações Patrimoniais	27
14 – Transferências e Delegações Concedidas	27
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – BO	28
15 – Receitas e Despesas.....	28
16 – Execução da Despesa	29
BALANÇO FINANCEIRO - BF.....	30
17 – Ingressos Financeiros	30
18 – Dispêndios Financeiros	31

19 – Resultado Financeiro.....	31
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC	32
20 – Geração Líquida de Caixa	32
21 – Atividades Operacionais - Ingressos de Caixa	33
22 – Atividades Operacionais - Desembolsos de Caixa.....	34
23 – Atividades de Investimento.....	34
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL	35
24 – Resultado do Exercício.....	35

MINISTRO DAS CIDADES

Antônio Vladimir Moura Lima

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Mirna Quinderé Belmino Chaves

SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Dalvi Santana

COORDENADOR-GERAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Cleber Cornélio de Souza

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Sérgio William Rodrigues dos Santos – CRC/DF 014.259/O-0

EQUIPE TÉCNICA:

Dilva Barbosa de Almeida – Chefe da Divisão de Tomada de Contas

Maria Jeane Rosa da Silva – Chefe da Divisão Contábil

Adriano Lima Carvalho – Contador

Camila Matos de Aquino - Estagiária

I - CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1º de janeiro de 2019, a Medida Provisória nº 870, convertida na lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019, que tratava da estrutura do poder executivo da administração pública federal direta, transformou o Ministério das Cidades e o Ministério da Integração Nacional no Ministério do Desenvolvimento Regional.

Em 1º de janeiro de 2023, o Ministério das Cidades (MCID) foi recriado através da Medida Provisória nº 1.154 (convertida na Lei 14.600, de 19/06/2023) que estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.

Constituem áreas de competência do MCID:

- I - política de desenvolvimento urbano e ordenamento do território urbano;
- II - políticas setoriais de habitação, de saneamento ambiental, de mobilidade e trânsito urbanos, incluídas as políticas para os pequenos Municípios e a zona rural;
- III - promoção de ações e de programas de urbanização, de habitação e de saneamento básico e ambiental, incluída a zona rural, de transporte urbano, de trânsito e de desenvolvimento urbano;
- IV – política de financiamento e subsídio à habitação popular, de saneamento e de mobilidade urbana;
- V – planejamento e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, de urbanização, de habitação e de saneamento básico e ambiental, incluídos a zona rural e a mobilidade e trânsito urbanos; e
- VI – participação na formulação das diretrizes gerais para conservação dos sistemas urbanos de água e para adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e da gestão do saneamento.

Estas e outras informações relevantes a respeito do Ministério das Cidades relacionadas com suas funções, estrutura, atividades e outras notícias podem ser encontradas no site <https://www.gov.br/cidades/pt-br>.

Cabe destacar ainda que por meio da Portaria MGI nº 43, de 31 de janeiro de 2023 foi disciplinado o compartilhamento de atividades de suporte administrativo entre Ministérios, nesse caso o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) atenderia ao MCID. Nesse sentido, a estrutura inicial do MCID não previa a estruturação de unidade contábil setorial. Posteriormente, com a reestruturação implementada pelo Decreto 11.468, de 05/04/2023 (atualizado pelo Decreto 12.553, de 14/07/2025), foi estruturada a setorial contábil do MCID, concluída com a designação do coordenador de contabilidade em 05/05/2023.

A reestruturação visou regularizar as atividades iniciais de constituição e registros contábeis necessários para dar suporte nas atividades de execução orçamentária e financeira do MCID, porém os registros referentes ao primeiro trimestre de 2023 ficaram conseqüentemente prejudicados no período. A recriação do ministério e a inexistência de diversos saldos iniciais também tiveram impacto nos demonstrativos que necessitaram de saldos existentes no exercício anterior para análises de resultados e comparabilidade.

A extinção da Funasa pela MP 1.156/2023, de 01/01/2023, transferiu o passivo de contratos e transferências voluntárias (convênios, etc...) para o MCID, totalizando inicialmente 3.622 instrumentos a serem transferidos da Funasa (UG 255000) para o MCID (UG 560006), com previsão para conclusão em 180 dias, conforme Anexo II, da Portaria Conjunta MGI/MS/MCID nº 921, de 23/03/2023 e impacto significativo nas contas contábeis. Os saldos dos convênios foram sendo transferidos no período, com sub-rogações no Transferegov e no SIAFI, posteriormente, para fechamento dos saldos.

Com a caducidade da MP, em 01/06/2023, e a não extinção da Funasa, a orientação jurídica da AGU solicitou aguardar regulamentação da reestruturação da Funasa para regularização dos saldos de convênios (SIAFI) não sub-rogados totalmente até aquela data. Posteriormente, em 28/08/23, foi aprovada a Nota n. 00263/2023/CONJUR-MCID/CGU/AGU, em que a Consultoria Jurídica do MCID, baseada no entendimento do Parecer n. 00020/2023/CGGP/DECOR/CGU/AGU, orientou pela restituição dos saldos de convênios sub-

rogados ao MCID após a data de caducidade da MP 1.156/2023, em 01/06/2023. Nesse sentido, foram restituídos aproximadamente 3.442 instrumentos à Funasa, restando naquele momento, pouco mais de 170 instrumentos sob responsabilidade do MCID, impactando significativamente os respectivos saldos contábeis. Posteriormente, com a ampliação da reestruturação administrativa da Funasa (pessoal), os convênios sob responsabilidade do MCID foram também sub-rogados para a Funasa, em dez/2023. A transferência dos saldos do MCID para Funasa, referentes aos contratos administrativos (serviços/obras de engenharia) das Superintendências Estaduais (SUEST), não foram totalmente concluídos em 2023 e ainda estavam em fase conclusiva em 2024 (empenhos de restos a pagar não processados).

De modo geral, no ano de 2023, a incorporação e posterior desincorporação da estrutura da Funasa pelo MCID, incluindo movimentação de pessoal, patrimônio, orçamento (exercício e restos a pagar), recursos financeiros, contratos administrativos e de execução, transferências voluntárias (convênios, termos de fomento, TED, ...), impactaram nos saldos contábeis durante todos os trimestres analisados.

O ano de 2024 foi caracterizado pela reconstrução do MCID, que ainda aguardava sua reestruturação administrativa, considerando os esforços para recomposição da sua força de trabalho, considerando principalmente a forte evasão de servidores advinda da movimentação para a Funasa, em fase de reconstrução, devido a caducidade da MP 1.156/2023.

O primeiro trimestre de 2025 foi marcado pela execução orçamentária através de duodécimos, devido a não aprovação da LOA 2025 pelo Congresso Nacional, sendo sancionada apenas em 10/04/2025 (Lei nº 15.121/2025).

O segundo trimestre de 2025 demonstra os saldos após execução orçamentária/financeira atualizada pela aprovação da LOA. Em junho, após recebimento definitivo do prédio CNC (SBN Quadra 02 Bl. E – Brasília/DF), locado através do Contrato nº 02/2025, iniciaram-se os procedimentos de mudança de endereço para nova sede.

O terceiro trimestre de 2025 foi caracterizado pela conclusão da mudança da sede e aprovação da nova estrutura regimental do MCID (Decreto nº 12.553/2025), bem como o registro de um imóvel de Uso Especial no DF (prédio) na UG 560010 (MCID), pela da SPU/MGI, valor de R\$ 77,3 milhões. Também foi iniciada a execução das ações oriundas do Fundo Social, criado pela Lei nº 12.351/2010 e alterações posteriores, com a criação da UG 560029, operacionalizada pela CEF, com dotação autorizada de 15 bilhões.

No quarto trimestre de 2025, foi concluída a implantação da nova estrutura administrativa do MCID, no novo endereço (SBN Quadra 02 Bl. E – Brasília/DF), sendo que a recomposição da força de trabalho do MCID ainda aguarda as nomeações advindas dos aprovados no CNU, a serem autorizados pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI) em 2026. Foi criada unidade gestora no SIAFI (UG 560030) para execução do contrato de empréstimo externo com BID (5765/OC-BR) – Programa Pro-Morar/Brasil, com previsão de 54 milhões de dólares, sob gestão da Secretaria Nacional de Habitação (SNH) e operacionalização da CEF.

O primeiro trimestre de 2026 demonstra os saldos após execução orçamentária/financeira advinda da aprovação da LOA/2026. Houve impacto significativo advindo da execução da UG 560029 (CEF-Fundo Social), com movimentação no período acima de 3,5 bilhões, com montante superando 11 bilhões. A recomposição da força de trabalho do MCID, advinda também das nomeações dos aprovados no CNU, iniciaram-se gradativamente, com previsão de conclusão ao final do segundo trimestre.

II - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ATIVO CIRCULANTE	12.027.309.801,59	5.515.265.773,46	PASSIVO CIRCULANTE	3.396.155.609,37	3.688.431.824,10
Caixa e Equivalentes de Caixa	733.246.952,40	448.818.783,25	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	510.790.543,27	509.990.770,16
Créditos a Curto Prazo	11.219.811.604,75	4.991.109.563,58	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Clientes	-93.447.907,88	-93.438.507,24	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	130.345.354,24	146.643.915,04
Clientes	17.382.496,57	17.382.496,57	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	11.187,11	9.616,67
(-) Ajuste para Perdas em Clientes	-110.830.404,45	-110.821.003,81	Transferências Fiscais a Curto Prazo	2.381.644.374,41	2.691.419.525,12
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Provisões a Curto Prazo	33.345.665,47	19.108.617,80
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	340.018.484,87	321.259.379,31
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	9.620.533.190,99	3.602.902.424,78			
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	9.620.533.190,99	3.602.902.424,78			
Demais Créditos e Valores	1.692.726.321,64	1.481.645.646,04			
Demais Créditos e Valores	1.692.726.321,64	1.481.645.646,04			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques a Curto Prazo	73.631.104,91	74.802.071,37			
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	620.139,53	535.355,26			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.105.081.190,62	11.495.174.185,41	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.657.555.552,48	5.365.236.224,04
Ativo Realizável a Longo Prazo	12.146.597.913,93	8.529.436.034,77	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	2.681.969.329,64	2.706.775.065,71
Créditos a Longo Prazo	12.146.597.238,45	8.529.435.359,29	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	11.787.122.951,66	8.170.442.125,54	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	11.792.013.302,41	8.175.332.476,29	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	12.089.382,31	12.089.382,31
(-) Ajuste para Perdas de Emp. e Financiamentos Concedidos	-4.890.350,75	-4.890.350,75	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	359.474.286,79	358.993.233,75	Provisões a Longo Prazo	2.860.736.604,44	2.548.407.484,16
Demais Créditos e Valores	359.474.286,79	358.993.233,75	Demais Obrigações a Longo Prazo	102.760.236,09	97.964.291,86
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	675,48	675,48	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	9.053.711.161,85	9.053.668.048,14
Estoques a Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
Participações Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	8.608.391.901,07	8.608.391.901,07
Propriedades para Investimento	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	160.128.549,14	129.927.770,36
Propriedades para Investimento	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	22.356.766,64	22.356.766,64
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Demais Reservas	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Resultados Acumulados	9.287.802.613,51	-803.904.527,34
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultado do Exercício	10.279.765.523,70	11.348.728.387,63
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	-803.904.527,34	-11.335.710.747,57
Demais Investimentos Permanentes	-	-			

(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-188.058.382,85	-816.922.167,4
Imobilizado	2.935.021.030,02	2.942.275.903,97	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.078.679.830,36	7.956.771.910,73
Bens Móveis	977.676.498,81	984.406.199,16			
Bens Móveis	1.931.723.629,20	1.925.548.661,33			
(-)					
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-952.705.971,96	-939.801.303,74			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-1.341.158,43	-1.341.158,43			
Bens Imóveis	1.957.344.531,21	1.957.869.704,81			
Bens Imóveis	4.384.144.006,22	4.372.993.322,02			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.500.189.921,01	-1.488.514.063,21			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-926.609.554,00	-926.609.554,00			
Intangível	23.462.246,67	23.462.246,67			
Softwares	16.785.803,70	16.785.803,70			
Softwares	29.223.707,84	29.223.707,84			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-12.437.904,14	-12.437.904,14			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	5.302.239,33	5.302.239,33			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	6.364.031,26	6.364.031,26			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes In	-1.061.791,93	-1.061.791,93			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	1.374.203,64	1.374.203,64			
Direitos de Uso de Imóveis	1.374.203,64	1.374.203,64			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
TOTAL DO ATIVO	27.132.390.992,21	17.010.439.958,87	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.132.390.992,21	17.010.439.958,87

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ATIVO FINANCEIRO	843.518.363,53	560.126.487,07	PASSIVO FINANCEIRO	27.823.339.240,74	27.562.796.215,16
ATIVO PERMANENTE	26.288.872.628,68	16.450.313.471,80	PASSIVO PERMANENTE	6.257.691.064,45	5.925.628.073,71
SALDO PATRIMONIAL	6.948.639.312,98	16.477.984.330,00			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	515.953.793,50	406.840.873,19	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	55.876.203.152,55	53.551.736.522,60
Atos Potenciais Ativos	515.953.793,50	406.840.873,19	Atos Potenciais Passivos	55.876.203.152,55	53.551.736.522,60
Garantias e Contragarantias Recebidas	17.375.795,15	17.242.787,09	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos	241.889.310,37	132.909.398,12	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos	54.612.035.946,74	52.403.590.715,08
Direitos Contratuais	256.688.687,98	256.688.687,98	Obrigações Contratuais	1.264.167.205,81	1.148.145.807,52
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-7.460.010.385,97
Recursos Vinculados	-19.519.810.491,24
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-1.099.861,71
Previdência Social (RPPS)	-340.712,61
Dívida Pública	-3.372.213.667,23
Fundos, Órgãos e Programas	-16.149.203.660,38
Recursos Extraorçamentários	958.211,06
Recursos Não Classificados	2.089.199,63
TOTAL	-26.979.820.877,21

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2026	2025
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17.133.193.357,98	3.331.427.244,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	42.957.002,94	34.159.888,70
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	42.957.002,94	34.159.888,70
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	293.917.099,30	6.042.766,05
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	285.784.393,76	150.184,58
Variações Monetárias e Cambiais	1.193.922,20	1.426.540,66
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	6.938.783,34	4.466.040,81
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	16.322.793.574,45	2.942.739.297,34
Transferências Intragovernamentais	16.321.044.757,32	2.941.858.841,96
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	39.192,60	36.165,62
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.709.624,53	844.289,76
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	204.757.075,42	119.977.147,76
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	53.059.318,17	5.574.028,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	151.697.757,25	114.403.119,76
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	268.768.605,87	228.508.144,24
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	29.599.999,61	75.697.135,05
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	239.168.606,26	152.811.009,19
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.853.427.834,28	3.372.173.851,85
Pessoal e Encargos	323.050.752,85	328.241.484,57
Remuneração a Pessoal	193.137.744,90	152.527.281,48
Encargos Patronais	126.385.088,92	152.374.692,26
Benefícios a Pessoal	1.764.801,50	1.629.009,27
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.763.117,53	21.710.501,56
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	10.407.144,85	10.370.222,19
Aposentadorias e Reformas	81.092,12	56.643,00
Pensões	5.699.137,27	5.837.173,77
Benefícios de Prestação Continuada	-	-

Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	4.626.915,46	4.476.405,42
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	156.041.874,60	123.334.031,60
Uso de Material de Consumo	8.011.757,87	6.682.936,62
Serviços	123.315.789,25	100.383.949,68
Depreciação, Amortização e Exaustão	24.714.327,48	16.267.145,30
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	79.939.751,07	117.849.178,76
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	440.773,82	353.020,31
Variações Monetárias e Cambiais	79.498.977,25	117.496.158,45
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	4.681.719.862,56	1.759.516.806,57
Transferências Intragovernamentais	3.901.450.492,25	1.604.308.740,68
Transferências Intergovernamentais	780.259.883,87	154.363.553,25
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	9.486,44	844.512,64
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	16.223.826,57	686.793.687,85
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	9.400,64	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	14.840.155,70	672.406.212,79
Desincorporação de Ativos	1.374.270,23	14.387.475,06
Tributárias	1.190.456,31	2.338.188,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	516.565,23	1.293.712,24
Contribuições	673.891,08	1.044.476,40
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.584.854.165,47	343.730.251,67
Premiações	750.000,00	300.000,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	205.660,49	298.654,08
Subvenções Econômicas	1.402.437.500,00	68.314.628,63
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	77.658.281,39	177.903.530,88
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	103.802.723,59	96.913.438,08
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	10.279.765.523,70	-40.746.607,76

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	150.773.086,00	150.773.086,00	49.956.224,92	-100.816.861,08
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	29.599.809,00	29.599.809,00	7.606.752,07	-21.993.056,93
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	7.008.720,00	7.008.720,00	1.533.542,90	-5.475.177,10
Valores Mobiliários	22.591.089,00	22.591.089,00	6.073.209,17	-16.517.879,83
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	119.528.048,00	119.528.048,00	40.511.056,50	-79.016.991,50
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	117.159,00	117.159,00	15,15	-117.143,85
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	119.410.889,00	119.410.889,00	40.511.041,35	-78.899.847,65

Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	1.417.385,10	1.417.385,10
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	39.192,60	39.192,60
Outras Receitas Correntes	1.645.229,00	1.645.229,00	1.799.223,75	153.994,75
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	119.350,00	119.350,00	1.073,21	-118.276,79
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.421.050,00	1.421.050,00	1.798.100,99	377.050,99
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	104.829,00	104.829,00	49,55	-104.779,45
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	150.773.086,00	150.773.086,00	49.956.224,92	-100.816.861,08
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	150.773.086,00	150.773.086,00	49.956.224,92	-100.816.861,08
DEFICIT			12.793.555.483,15	12.793.555.483,15
TOTAL	150.773.086,00	150.773.086,00	12.843.511.708,07	12.692.738.622,07
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	651.866.074,00	-	-651.866.074,00
Superavit Financeiro	-	500.000.000,00	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	151.866.074,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	4.490.596.754,00	4.590.030.383,00	2.137.655.864,58	1.833.457.850,74	1.761.349.839,83	2.452.374.518,42
Pessoal e Encargos Sociais	1.429.010.520,00	1.429.010.520,00	388.632.082,00	296.518.881,67	239.985.508,69	1.040.378.438,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.061.586.234,00	3.161.019.863,00	1.749.023.782,58	1.536.938.969,07	1.521.364.331,14	1.411.996.080,42
DESPESAS DE CAPITAL	12.091.337.001,00	12.643.769.446,00	10.705.855.843,49	4.354.892.371,08	4.354.888.422,33	1.937.913.602,51
Investimentos	6.283.198.960,00	6.335.631.405,00	705.855.843,49	76.774.335,77	76.770.387,02	5.629.775.561,51
Inversões Financeiras	5.808.138.041,00	6.308.138.041,00	10.000.000.000,00	4.278.118.035,31	4.278.118.035,31	-3.691.861.959,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	16.581.933.755,00	17.233.799.829,00	12.843.511.708,07	6.188.350.221,82	6.116.238.262,16	4.390.288.120,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	16.581.933.755,00	17.233.799.829,00	12.843.511.708,07	6.188.350.221,82	6.116.238.262,16	4.390.288.120,93
TOTAL	16.581.933.755,00	17.233.799.829,00	12.843.511.708,07	6.188.350.221,82	6.116.238.262,16	4.390.288.120,93

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	283.586.819,27	115.847.525,51	63.912.694,43	62.754.201,65	537.211,68	336.142.931,45
Pessoal e Encargos Sociais	1.572.246,03	46.590.028,49	33.349.679,90	33.349.679,90	59.989,24	14.752.605,38
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	282.014.573,24	69.257.497,02	30.563.014,53	29.404.521,75	477.222,44	321.390.326,07
DESPESAS DE CAPITAL	7.196.580.168,68	16.924.840.218,44	6.060.342.466,66	5.924.764.907,25	23.904.702,04	18.172.750.777,83
Investimentos	7.196.580.168,68	2.914.044.088,71	860.206.868,90	724.629.309,49	23.904.702,04	9.362.090.245,86
Inversões Financeiras	-	14.010.796.129,73	5.200.135.597,76	5.200.135.597,76	-	8.810.660.531,97
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	7.480.166.987,95	17.040.687.743,95	6.124.255.161,09	5.987.519.108,90	24.441.913,72	18.508.893.709,28

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	174.462.545,16	129.065.202,13	65.788.417,77	12.676.633,57	225.062.695,95
Pessoal e Encargos Sociais	24.248.201,94	71.746.964,38	52.828.202,78	11.560.039,61	31.606.923,93
Juros e Encargos da Dívida	778.101,46	-	-	-	778.101,46
Outras Despesas Correntes	149.436.241,76	57.318.237,75	12.960.214,99	1.116.593,96	192.677.670,56
DESPESAS DE CAPITAL	1.618.745.492,74	1.197.794.643,29	414.421.093,56	47.049.822,61	2.355.069.219,86
Investimentos	1.618.745.492,74	1.197.794.643,29	414.421.093,56	47.049.822,61	2.355.069.219,86
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.793.208.037,90	1.326.859.845,42	480.209.511,33	59.726.456,18	2.580.131.915,81

BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2026	2025	ESPECIFICAÇÃO	2026	2025
Receitas Orçamentárias	49.956.224,92	32.640.344,39	Despesas Orçamentárias	12.843.511.708,07	500.967.365,64
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	2.760.512.743,20	447.959.770,79
Recursos Vinculados	50.212.381,97	32.640.344,39	Recursos Vinculados	10.082.998.964,87	53.007.594,85
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	458.454,00	400.000,00
Fundos, Órgãos e Programas	50.212.381,97	32.640.344,39	Fundos, Órgãos e Programas	10.082.540.510,87	52.607.594,85
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-256.157,05	-			
Transferências Financeiras Recebidas	16.321.044.757,32	2.941.858.841,96	Transferências Financeiras Concedidas	3.866.362.329,68	1.589.617.911,64
Resultantes da Execução Orçamentária	8.300.522.718,05	801.645.393,14	Resultantes da Execução Orçamentária	1.999.830.722,99	361.103.674,41
Cota Recebida	2.066.748.798,55	446.845.784,34	Repasse Concedido	382.085.361,95	308.931.070,31
Repasse Recebido	4.616.028.558,46	306.643.995,31	Sub-repasse Concedido	1.617.745.361,04	48.155.613,49
Sub-repasse Recebido	1.617.745.361,04	48.155.613,49	Cota Devolvida	-	4.016.990,61
Sub-repasse Devolvido	-	-	Sub-repasse Devolvido	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	8.020.522.039,27	2.140.213.448,82	Independentes da Execução Orçamentária	1.866.531.606,69	1.228.514.237,23
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	7.766.568.417,71	2.124.689.138,89	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.255.348.989,61	1.069.546.596,16
Demais Transferências Recebidas	554.450,17	502.216,86	Demais Transferências Concedidas	481.632,34	242.844,20
Movimentação de Saldos Patrimoniais	253.399.171,39	15.022.093,07	Movimento de Saldos Patrimoniais	610.700.984,74	158.724.796,87
Aporte ao RPPS	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	7.095.164.927,79	363.232.231,54	Pagamentos Extraorçamentários	6.471.863.703,13	1.271.369.030,54
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	72.111.959,66	66.793.950,00	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	480.209.511,33	290.966.666,08
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.655.161.486,25	129.936.533,83	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	5.987.519.108,90	978.892.563,58
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	919.567,90	4.825.139,21	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.849.809,49	1.509.800,88

Outros Recebimentos Extraorçamentários	366.971.913,98	161.676.608,50	Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.285.273,41	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	40.009,35	45.967,44	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	-	Demais Pagamentos	2.285.273,41	-
Arrecadação de Outra Unidade	366.931.904,63	150.247.247,81		-	-
Demais Recebimentos	-	11.383.393,25			
Saldo do Exercício Anterior	448.818.783,25	562.033.402,95	Saldo para o Exercício Seguinte	733.246.952,40	537.810.513,02
Caixa e Equivalentes de Caixa	448.818.783,25	562.033.402,95	Caixa e Equivalentes de Caixa	733.246.952,40	537.810.513,02
TOTAL	23.914.984.693,28	3.899.764.820,84	TOTAL	23.914.984.693,28	3.899.764.820,84

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2026	2025
	9.965.025.472,18	676.925.768,10
INGRESSOS OPERACIONAIS	16.738.852.454,77	3.140.954.966,62
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	7.606.752,07	1.297.460,45
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	40.511.056,50	24.467.736,38
Remuneração das Disponibilidades	-	4.202.880,41
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.799.223,75	2.636.101,53
Transferências Recebidas	39.192,60	36.165,62
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	39.192,60	36.165,62
Outros Ingressos Operacionais	16.688.896.229,85	3.108.314.622,23
Ingressos Extraorçamentários	919.567,90	4.825.139,21
Transferências Financeiras Recebidas	16.321.044.757,32	2.941.858.841,96
Arrecadação de Outra Unidade	366.931.904,63	150.247.247,81
Demais Recebimentos	-	11.383.393,25
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-6.773.826.982,59	-2.464.029.198,52
Pessoal e Demais Despesas	-1.846.188.689,43	-488.481.010,75
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-26.056.117,64	-13.359.872,57
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-106.570,39	-48.161,30
Saúde	-	-73.926,78
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-284.105.203,57	-255.226.591,27
Habitação	-265.718,90	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-655.511,00
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-106.081,88
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-1.535.695.088,28	-219.056.833,39
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	40.009,35	45.967,44
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-1.057.140.880,58	-384.420.475,25
Intergovernamentais Concedidas	-1.004.450.723,73	-353.049.707,30

A Estados e/ou Distrito Federal	-160.872.574,25	-54.713.086,08
A Municípios	-843.578.149,48	-298.336.621,22
Intragovernamentais Concedidas	-25.225.658,81	-19.869.264,95
Outras Transferências Concedidas	-27.464.498,04	-11.501.503,00
Outros Desembolsos Operacionais	-3.870.497.412,58	-1.591.127.712,52
Dispêndios Extraorçamentários	-1.849.809,49	-1.509.800,88
Transferências Financeiras Concedidas	-3.866.362.329,68	-1.589.617.911,64
Demais Pagamentos	-2.285.273,41	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.680.597.303,03	-701.148.658,03
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-9.680.597.303,03	-701.148.658,03
Aquisição de Ativo Não Circulante	-24.650.555,86	-9.993.980,80
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-9.478.253.633,07	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-177.693.114,10	-691.154.677,23
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	284.428.169,15	-24.222.889,93
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	448.818.783,25	562.033.402,95
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	733.246.952,40	537.810.513,02

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	8.516.280.081,50	120.150.949,78	-	-	193.193,62	-11.335.903.941,19	27.864.239,96	-	2.671.415.476,33
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	2.810.577,31	-	-	-	-249.380.054,71	-	-	-246.569.477,40
Aumento / Redução de Capital	92.111.819,57	-600.468,84	-	-	-	-938.479,95	-	-	90.572.870,78
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-193.193,62	-566.442.782,55	-	-	-566.635.976,17
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	32.343,43	1.120.758,84	-	1.153.102,27
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	11.348.728.387,63	-	-	11.348.728.387,63
Constituição / Reversão de Reservas	-	7.566.712,11	-	-	-	-	6.628.232,16	-	938.479,95
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2025	8.608.391.901,07	129.927.770,36	-	-	-	-803.904.527,34	22.356.766,64	-	7.956.771.910,73

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2026	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	10.279.765.523,70	-	-	10.279.765.523,70
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2026	-	-	-	-	-	10.279.765.523,70	-	-	10.279.765.523,70

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis - Exercício Financeiro de 2024

As Demonstrações Contábeis (DCON) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), respectivamente.

O objetivo principal das DCON é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Ministério das Cidades (MCID).

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades gestoras do MCID, administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As Demonstrações Contábeis são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

O **Balanço Patrimonial** tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da União por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais** visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do período.

O **Balanço Orçamentário**, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do período, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O **Balanço Financeiro** tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no período, conjugados com os saldos advindos do período anterior e aqueles que são transferidos para o período seguinte.

A **Demonstração dos Fluxos de Caixa** visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

Por sua vez, a **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** evidencia as operações que alteraram a composição do Patrimônio Líquido no período.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MCID, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público:

A) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional da União é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

B) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

C) Créditos

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- I. créditos tributários;
- II. créditos não tributários;
- III. empréstimos e financiamentos concedidos;
- IV. dívida ativa; e
- V. demais valores.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

É constituído também por ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

D) Estoques

Compreendem os materiais de uso e consumo, selos de controle e produtos em trânsito. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

E) VPD pagas antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

F) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com:

- I. créditos tributários;
- II. créditos não tributários;
- III. dívida ativa;
- IV. empréstimos e financiamentos concedidos e
- V. investimentos temporários.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

G) Investimentos

São compostos por:

- I. participações permanentes;
- II. propriedades para investimento; e
- III. demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

H) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

I) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

J) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP, a Lei nº 10.180/2001 e o Decreto nº 6.976/2009.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração direta da União, suas Autarquias e Fundações; disponível no sítio do Tesouro Nacional, e na Portaria Conjunta STN-SPU nº 703/2014.

Reavaliação

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN-SPU nº 703/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais:

- I. Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- II. Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; e
- III. Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, entre outros.

Ainda de acordo com o referido normativo, os valores deverão ser atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

Redução ao Valor Recuperável (Impairment)

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI, especificamente na Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponível no sítio do Tesouro Nacional.

Conforme descrito no item 3.1 da Macrofunção supracitada, no momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por não recuperabilidade será reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, impactando diretamente o patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por não recuperabilidade do ativo será reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por não recuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo será ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

Depreciação, Amortização e Exaustão

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado ou do intangível, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN-SPU nº 703/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos tratados no tópico seguinte.

A tabela de vida útil e valor residual dos bens móveis encontra-se elencada no item 6.3 da Macrofunção 020330.

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

K) Passivos

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

O passivo circulante e o não circulante apresentam a seguinte divisão:

- I. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. empréstimos e financiamentos;
- III. fornecedores e contas a pagar;
- IV. obrigações fiscais;
- V. obrigações de repartições a outros entes;
- VI. provisões; e
- VII. demais obrigações.

L) Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

O estoque da DPF passou a ser calculado pela metodologia baseada na taxa interna de retorno (TIR) das emissões como taxa de desconto para a determinação do valor presente dos títulos (estoque pela TIR).

M) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões estão segregadas em seis categorias:

- I. riscos trabalhistas;
- II. riscos fiscais;
- III. riscos cíveis;
- IV. repartição de créditos tributários;
- V. provisões matemáticas; e
- VI. outras.

N) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme preconizam os itens 35 e 39 da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, mas, quando relevantes, são registrados em contas de controle. Os passivos contingentes são evidenciados em notas explicativas.

O) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- i. **Resultado patrimonial:** A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superávit/Déficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.
- ii. **Resultado orçamentário:** O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- iii. **Resultado financeiro:** O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

P) Diretrizes Gerais da Política de Remuneração das Empresas Estatais Federais

Trata-se de normas e diretrizes gerais observadas quando da distribuição dos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais empresas controladas pela União.

Os acionistas têm direito a receber, como dividendos obrigatórios, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto social da empresa ou, quando esse é omissivo, metade do lucro líquido ajustado, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

No caso das empresas estatais federais, os seus estatutos sociais determinam a remuneração aos acionistas de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do Decreto nº 2.673/1998.

Os órgãos de administração das companhias poderão, se autorizados por estatuto, declarar dividendos intermediários (complementares) com base em reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, nos termos do art. 204 da Lei nº 6.404/1976.

Além disso, há estatutos sociais de empresas estatais que autorizam o pagamento antecipado de dividendos, normalmente com base no lucro apurado em balanço semestral ou trimestral, a ser homologado em decisão da assembleia geral que deliberar sobre a destinação do lucro líquido daquele exercício.

De forma alternativa ao pagamento de dividendos, foi criada a sistemática de remunerar o capital próprio na forma de juros, o denominado juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249/1995, que concedeu às empresas a faculdade de deduzir, para efeitos de apuração do lucro real, o montante dos juros pagos ou creditados aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido. Poderá ser imputado ao valor destinado a dividendos, apurados na forma prevista neste artigo, integrado a respectiva importância, para todos os efeitos legais, o valor da remuneração, paga ou creditada, a título de juros sobre o capital próprio.

A União está autorizada, a critério do Ministro de Estado da Fazenda, a receber de empresas públicas e sociedades de economia mista e outras entidades de cujo capital a STN/ME participe, ainda que minoritariamente, valores mobiliários como pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos a que tem direito, sendo que, em se tratando de empresa estatal federal, poderão ser aceitos títulos públicos federais pelo seu valor de face, desde que o valor econômico não seja inferior ao dividendo mínimo obrigatório, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.167-53/2001 e a Portaria MF nº 101/2001.

O recolhimento de dividendos ou juros à STN/ME far-se-á na Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN), na forma a ser estabelecida pelo Órgão, em sessenta dias da data em que for declarado, salvo deliberação em contrário da assembleia geral, e, em qualquer caso, dentro do exercício social, nos termos do § 3º do art. 205 da Lei nº 6.404/1976. Adicionalmente, no prazo máximo de dez dias, a partir da data em que se iniciar o pagamento aos demais acionistas (Decreto nº 2.673/1998).

Sobre os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, incidirão encargos financeiros equivalentes à taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento ou pagamento não se verificar na data fixada em lei, assembleia ou deliberação do Conselho Diretor, devendo ser considerada como a taxa diária, para a atualização desse valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento ou recolhimento, à mesma taxa Selic divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação, conforme disposto no Decreto nº 3.381/2000, que alterou a redação do Decreto nº 2.673/1998.

A receita proveniente da arrecadação de dividendos ou juros sobre o capital próprio pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores, deverá ser direcionada à amortização da dívida pública federal, conforme dispõe a Lei nº 9.530/1997, contribuindo, assim, para a redução do endividamento público.

O dividendo mínimo obrigatório pode deixar de ser pago no exercício social em que os órgãos de administração informarem à assembleia geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da empresa, sendo registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos subsequentes, deverão ser pagos assim que o permitir a situação financeira da companhia, em conformidade com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

Adicionalmente, poderá ser constituída reserva de lucros a realizar quando o montante dos dividendos obrigatórios ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, conforme possibilita o art. 197 da Lei nº 6.404/1976.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio a ser distribuído pelas empresas estatais dependerá de diversos fatores, tais como: planos de investimentos, fluxo de caixa, limites e obrigações legais e estatutárias, ambiente econômico e outros fatores considerados relevantes pela empresa. A expectativa do Tesouro Nacional leva em consideração, ainda, o setor da atividade econômica em que a empresa atua e seu grau de dependência da União.

BALANÇO PATRIMONIAL - BP

O Balanço Patrimonial evidencia a situação patrimonial (ativos e passivos) da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Os ativos e os passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos: Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

A fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASAP), as estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012.

Assim, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- c. Quadro das Contas de Compensação (controle); e
- d. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

Quadro principal: tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. O Quadro Principal do Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Os ativos e passivos serão apresentados em níveis sintéticos.

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: apresenta os ativos e passivos financeiros e permanentes é elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como as contas que representem passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 “Crédito Empenhado a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”. Os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial serão apresentados pelos seus valores totais.

Quadro das Contas de Compensação (Contas de Controle): apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que potencialmente podem afetar o patrimônio do ente, é elaborado utilizando-se a classe 8 (Controles Credores) do PCASP.

Quadro do Superávit / Déficit Financeiro: apresenta o superávit / déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964. Podem ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit/déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, conforme o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Tabela 01 – Caixa e Equivalente de Caixa

R\$

Caixa e Equivalente de Caixa	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	Var. Absoluta
Caixa	57.381,00	57.881,00	-0,86	- 500,00
CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	204.556.892,98	209.326.831,36	-2,28	- 4.769.938,38
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	25,53	25,53	0,00	-
Rede Bancária - Arrecadação Indireta	5.387.430,07	4.976.583,24	8,26	410.846,83
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	2.272.831,38	2.201.062,17	3,26	71.769,21
Recursos Liberados Pelo Tesouro Nacional	506.174.478,93	217.998.036,17	132,19	288.176.442,76
Depósitos Rest. e Vrs. Vinculados (Garantias)	14.797.912,51	14.258.363,78	3,78	539.548,73
Total	733.246.952,40	448.818.783,25	63,37	284.428.169,15

Fonte: SIAFI

Este Grupo é composto pelo somatório dos valores em Caixa e em Bancos, bem como Equivalentes de Caixa e Bancos, que representam recursos de livre movimentação e para os quais não existam impedimentos para uso imediato.

O Grupo Caixa e Equivalentes de Caixa teve acréscimo de 63,37%, em relação ao exercício anterior, conforme a tabela 01.

A maior parte dos recursos financeiros estão em Recursos Liberados pelo Tesouro Nacional, que apresentou acréscimo de 132,19%, correspondente à conta de Limite de Saque – Órgãos e Entidades – para atendimento da programação financeira das Unidades Gestoras; em segunda posição vem o Grupo Recursos da Conta Única Aplicados, o qual apresentou decréscimo de 2,28%, conforme tabela 01 (órgão Trensurb, valor de R\$169.887.938,21, e órgão Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, valor de R\$34.668.954,77), totalizando R\$204.556.892,98.

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa correspondeu a 2,70 % do total do Ativo no exercício corrente.

Nota 02 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Curto Prazo

Tabela 02 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Curto Prazo

R\$

Empréstimos e Financiamentos Concedidos (C. Prazo)	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	Var. Absoluta
Financiamento Concedido a Receber (exceto FAT)	9.344.195.924,92	3.482.623.117,97	168,31	5.861.572.806,95
Encargo S/Financiamento Concedido a Receber	276.337.266,07	120.279.306,81	129,75	156.057.959,26
Total	9.620.533.190,99	3.602.902.424,78	167,02	6.017.630.766,21

Fonte: SIAFI

O Grupo Empréstimos e Financiamentos Concedidos (Curto Prazo) evoluiu positivamente no percentual de 167,02%, comparado com o ano anterior, (tabela 02), o qual refere-se a valores transferidos para a execução de recursos do Fundo Social, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (UG 560029), a qual irá executar as ações do Fundo Social, criado pela Lei nº 12351, de 22/12/2010, alterado pela Medida Provisória nº 1291, de 06/03/25 e regulamentado pelo Decreto nº 12.424, de 03/04/2025.

O Fundo Social é vinculado à Presidência da República e tem a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento, o qual contempla habitação de interesse social, infraestrutura social, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e a seus efeitos e de enfrentamento das consequências sociais e econômicas de calamidades públicas, dentre outras.

O Grupo Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Curto Prazo representou 35,46 % do total do Ativo no período corrente.

Nota 03 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Tabela 03 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

R\$

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	Var. Absoluta
Adiantamento Concedido a Pessoal	583.683,51	493.265,31	18,33	90.418,20
Adiantamento Concedido - Suprimento de Fundos	61.000,00	-	100,00	61.000,00
Adiantamento Diversos Concedidos (tarifas CAIXA)	879.189.854,62	720.137.411,96	22,09	159.052.442,66
Tributos a Recuperar/Compensar	5.634.393,90	6.134.221,07	-8,15	- 499.827,17
Créditos por Dano ao Patrimônio	7.550.971,05	7.550.971,05	0,00	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.624.760,70	3.278.697,69	-19,95	- 653.936,99
Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo	797.081.657,86	744.051.078,96	7,13	53.030.578,90
Total	1.692.726.321,64	1.481.645.646,04	14,25	211.080.675,60

Fonte: SIAFI

O Grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo evoluiu positivamente no percentual de 14,25%, com destaque para a Conta Adiantamentos Diversos Concedidos, que teve acréscimo em percentual de 22,09% e representou 51,94% do total do Grupo, o qual refere-se à prestação de serviços contratuais (tarifas) pagos à Caixa Econômica Federal, (tabela 03).

Segundo lugar em representatividade, com 47,09% do total do Grupo, a Conta Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo - Intra, referente a Termo de Execução Descentralizada-TED, que teve acréscimo de 7,13%, comparado com o ano anterior (tabela 03).

O Grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo representou 6,24 % do total do Ativo no período corrente.

Nota 04 - Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo

Tabela 04 – Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo

R\$

Empréstimos e Financiamentos Concedidos (L. Prazo)	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	Var. Absoluta
Empréstimos Concedidos a Receber	16.397.320,93	7.821.719,17	109,64	8.575.601,76
Financiamento Concedidos a Receber-exceto FAT	11.775.615.981,48	8.167.510.757,12	44,18	3.608.105.224,36
Ajuste para Perdas de Créditos a Longo Prazo	(4.890.350,75)	(4.890.350,75)	0,00	-
Total	11.787.122.951,66	8.170.442.125,54	44,27	3.616.680.826,12

Fonte: SIAFI

O Grupo Empréstimos e Financiamentos Concedidos Longo Prazo teve acréscimo de 44,27%, em relação ao exercício anterior, conforme a tabela 04.

A maior parte dos recursos refere-se ao Fundo Social (UG 560029), os quais somaram no 1º trimestre de 2026, o montante de R\$11.775.615.981,48, com evolução em percentual de 44,18%, comparado com o ano anterior, conforme demonstrado na conta Financiamento Concedidos a Receber-exceto FAT – longo prazo, (tabela 04).

O Grupo Empréstimos e Financiamentos Concedidos a Longo Prazo representou 43,44 % do total do Ativo no período corrente.

Nota 05 - Bens Móveis

Tabela 05 – Bens Móveis

R\$

Bens Móveis Consolidação	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	Var. Absoluta
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	323.206.428,71	320.630.442,52	0,80	2.575.986,19
Bens de Informática	43.543.011,00	43.483.128,70	0,14	59.882,30
Móveis e Utensílios	22.055.029,74	22.016.257,18	0,18	38.772,56
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	67.653,38	67.653,38	0,00	-
Veículos	1.270.530.922,48	1.267.067.105,71	0,27	3.463.816,77
Bens Móveis em Andamento	27.130.970,11	27.130.970,11	0,00	-
Bens Móveis em Almoxarifado	18.439.290,11	18.399.242,61	0,22	40.047,50
Armamentos	325.601,87	325.601,87	0,00	-
Demais Bens Móveis	226.424.721,80	226.428.259,25	0,00	- 3.537,45
Deprec./Amortiz./Exaust. Acumulados de Bens Móveis (-)	(952.705.971,96)	(939.801.303,74)	1,37	- 12.904.668,22
Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis (-)	(1.341.158,43)	(1.341.158,43)	0,00	-
Total	977.676.498,81	984.406.199,16	-0,68	- 6.729.700,35

Fonte: SIAFI

O Grupo Bens Móveis teve decréscimo em percentual de 0,68%, em relação ao exercício do ano anterior, conforme tabela 05.

Destaca-se que quase a totalidade dos Bens Móveis referem-se à Conta Veículos, oriundos de Veículos Ferroviários e de despesas envolvendo aquisição de material para manutenção, modernização das locomotivas e aquisição de peças, serviços, e demais custos desses Veículos Ferroviários, nos órgãos CBTU e Trensurb.

Segundo lugar em representatividade, a conta Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas, que apresentou acréscimo de 0,80%, em relação ao período anterior (tabela 05).

O Grupo Bens Móveis participa com 3,60% do total do Ativo, já deduzidos as depreciações e redução ao valor recuperável, no exercício corrente.

Nota 06 - Bens Imóveis

Tabela 06 – Bens Imóveis

	R\$			
Bens Imóveis Consolidação	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	Var. Absoluta
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNet	77.365.942,66	77.365.942,66	0,00	-
Bens de Uso Especial Não Registrados SPIUNet	1.621.924.233,23	1.620.474.689,14	0,09	1.449.544,09
Bens Dominicais Não Registrados no SIAPA	8.267.866,88	6.067.666,48	36,26	2.200.200,40
Bens de Uso Comum do Povo	22.519.863,64	21.782.628,05	3,38	737.235,59
Bens Imóveis em Andamento	433.005.122,30	429.647.983,12	0,78	3.357.139,18
Instalações	1.850.939.917,70	1.847.533.352,76	0,18	3.406.564,94
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	14.059.690,71	14.059.690,71	0,00	-
Demais Bens Imóveis (CM Especial Lei 8.200/91)	356.061.369,10	356.061.369,10	0,00	-
Deprec. Acumulados de Bens Imóveis (-)	(1.488.846.563,51)	(1.477.217.389,43)	0,79	- 11.629.174,08
Amortização Acumulada Bens Imóveis (-)	(11.343.357,50)	(11.296.673,78)	0,41	- 46.683,72
Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis (-)	(926.609.554,00)	(926.609.554,00)	0,00	-
Total	1.957.344.531,21	1.957.869.704,81	-0,03	- 525.173,60

Fonte: SIAFI

O Grupo Bens Imóveis teve decréscimo em percentual de 0,03% (tabela 06), em relação ao exercício do ano anterior. Em 10/07/2025 houve a inclusão/transferência de Edifício ao Ministério das Cidades pela SPU-Superintendência do Patrimônio da União, no valor de R\$77.365.942,66, na conta Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNet, (123210102-Edifícios), demonstrado na tabela 06.

Maior representatividade dentro do Grupo Bens Imóveis, destaca-se Instalações, com percentual de acréscimo 0,18%; seguido de Bens de Uso Especial Não Registrados no SPIUNet (Edifícios, Terrenos/Glebas dos órgãos Trensurb e CBTU), que apesar de apresentar acréscimo de apenas 0,09% em relação ao ano anterior, tem a segunda maior posição em representatividade dentro do Grupo, (tabela 06).

Bens Imóveis participa com 7,21% do total do Ativo, já deduzidos as depreciações, amortizações e reduções ao valor recuperável, no exercício corrente.

Nota 07 – Obrigações de Repartição a Outros Entes (Curto Prazo)

No grupo Obrigações de Repartição a Outros entes, destaca-se os contratos de repasses da Caixa-Programas Sociais, que tiveram redução em percentual de 11,51%, em relação ao ano anterior, (tabela 07).

Essas transferências discricionárias são muito representativas dentro do grupo Obrigações de Repartição a Outros Entes, com participação de 26,31% do total do Passivo Exigível.

Tabela 07 – Transferências Discricionárias a Pagar (CP)

Obrigações de Repartição a Outros Entes (Curto Prazo	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	Var. Absoluta
Transf. Discricionárias a Pagar - Consolidação	2.381.644.374,41	2.691.419.525,12	-11,51	- 309.775.150,71
Total	2.381.644.374,41	2.691.419.525,12	-11,51	- 309.775.150,71

Fonte: SIAFI

Nota 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist. Longo Prazo

No grupo Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Longo Prazo, a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER apresentou decréscimo em percentual de 0,92%, referente a registro da amortização e dos juros do Acordo Judicial entre CBTU e a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social e as transferências mensais do longo prazo para o curto prazo de parte da dívida, (tabela 08).

Apesar da redução, a Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social é bastante relevante, representando 29,62% do total do Passivo Exigível, no exercício corrente.

Tabela 08 – Entidades de Previdência Privada e Complementar

R\$

Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. Longo Prazo	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	Var. Absoluta
Entidades de Previdencia Privada e Complementar	2.681.969.329,64	2.706.775.065,71	-0,92	- 24.805.736,07
Total	2.681.969.329,64	2.706.775.065,71	-0,92	- 24.805.736,07

Fonte: SIAFI

Nota 09 – Provisões de Longo Prazo

No grupo Provisões de Longo Prazo, a Provisão para Riscos Cíveis foi a mais representativa, tendo acréscimo em percentual de 3,56%, referente a provisões e atualizações monetárias de riscos cíveis dos órgãos Trensurb e CBTU, em comparação com o ano anterior, (tabela 09).

Segundo lugar em representatividade, Provisão para Riscos Trabalhistas de Longo Prazo, que teve acréscimo de 9,46%, referente registro das provisões trabalhistas dos órgãos Trensurb e CBTU, (tabela 09).

O Grupo Provisões de Longo Prazo representou 31,60% do total do Passivo Exigível, no exercício corrente.

Tabela 09 – Provisões de Longo Prazo

R\$

Provisões de Longo Prazo	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	Var. Absoluta
Provisão para Riscos Trabalhistas	776.636.356,47	709.542.475,38	9,46	67.093.881,09
Provisão para Riscos Fiscais	10.890.639,97	10.985.054,24	-0,86	- 94.414,27
Provisão para Riscos Cíveis	1.889.140.988,52	1.824.225.146,63	3,56	64.915.841,89
Outras Provisões a Longo Prazo	3.654.807,91	3.654.807,91	0,00	-
Outras Provisões a Longo Prazo - Intra OFSS	180.413.811,57	-	100,00	180.413.811,57
Total	2.860.736.604,44	2.548.407.484,16	12,26	312.329.120,28

Fonte: SIAFI

Nota 10 – Resultados Acumulados (Patrimônio Líquido)

O Resultado do Exercício apresentou-se superavitário no primeiro trimestre de 2026, apresentando-se uma redução em percentual de 9,42%, em relação ao exercício anterior, (tabela 10).

A Conta Resultado de Exercícios Anteriores apresentou redução significativa de R\$10.531.806.220,23, com percentual de 92,91% (redução do valor negativo), em relação ao exercício anterior.

Esta Conta Resultado de Exercícios Anteriores recebe os resultados acumulados de superávit e déficit da administração direta, lucros e prejuízos das empresas públicas CBTU e Trensurb (administração indireta), provenientes de exercícios anteriores.

A Conta Ajuste de Exercícios Anteriores teve redução do valor negativo, percentual de 76,98%, em relação ao ano anterior. Essa conta tem seus saldos do exercício anterior transferidos para a conta de Lucros e Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores no mês de abertura do exercício corrente - quando se trata das empresas públicas; e transferência para a conta de Déficit ou Superávit - quando se trata da administração direta.

O Grupo Resultados Acumulados totalizou R\$9.287.802.613,51 (positivos), tendo acréscimo em percentual de 1255,34%, em relação ao ano anterior, o qual apresentava-se negativo (tabela 10); e representou 34,23% do total do Passivo e Patrimônio Líquido, no primeiro trimestre de 2026.

Tabela 10 – Resultados Acumulados

R\$					
Resultados Acumulados	31/03/2026	31/12/2025	AH (%)	AV (%)	Var. Absoluta
Resultado do Exercício	10.279.765.523,70	11.348.728.387,63	-9,42	37,89	- 1.068.962.863,93
Resultado de Exercícios Anteriores	(803.904.527,34)	(11.335.710.747,57)	-92,91	- 2,96	10.531.806.220,23
Ajustes de Exercícios Anteriores	(188.058.382,85)	(816.922.167,40)	-76,98	- 0,69	628.863.784,55
Total	9.287.802.613,51	803.904.527,34	-1255,34	34,23	8.483.898.086,17

Fonte: SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das *Variações Patrimoniais Aumentativas* (VPA) com as *Variações Patrimoniais Diminutivas* (VPD) e é evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

As VPA'S são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

As VPD'S são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos, implicando saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência.

Nota 11 – Resultado Patrimonial

Tabela 11 – Apuração do Resultado do Exercício

R\$				
Apuração do Resultado do Exercício	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)	Var. Absoluta
Variações Patrimoniais Aumentativas	17.133.193.357,98	3.331.427.244,09	414,29	13.801.766.113,89
Variações Patrimoniais Diminutivas	6.853.427.834,28	3.372.173.851,85	103,23	3.481.253.982,43
Total	10.279.765.523,70	40.746.607,76	-25328,52	10.320.512.131,46

Fonte: SIAFI

O Resultado Patrimonial do primeiro trimestre de 2026, após confrontação das *Variações Patrimoniais Aumentativas* com as *Variações Patrimoniais Diminutivas*, foi de R\$ 10,27 bilhões (superávit), e espelhou um aumento em percentual de 25328,52%, em relação ao mesmo trimestre do ano 2025, que havia se apresentado deficitário em 40,74 milhões.

O saldo positivo do primeiro trimestre de 2026 se justifica principalmente pelo aumento significativo das VPA-Variações Patrimoniais Aumentativas, que foi de 414,29%, em comparação com o primeiro trimestre de 2025, (tabela 11).

Nota 12 – Transferências e Delegações Recebidas

Tabela 12 – Transferências e Delegações Recebidas

R\$

Transferências e Delegações Recebidas	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)	Var. Absoluta
Transferências Intragovernamentais	16.321.044.757,32	2.941.858.841,96	454,79	13.379.185.915,36
Transferências das Instituições Privadas	39.192,60	36.165,62	8,37	3.026,98
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.709.624,53	844.289,76	102,49	865.334,77
Total	16.322.793.574,45	2.942.739.297,34	454,68	13.380.054.277,11

Fonte: SIAFI

As Transferências e Delegações Recebidas tiveram acréscimo em percentual de 454,68%, em relação ao primeiro trimestre do ano 2025, (tabela 12).

Essas Transferências representaram um percentual de 95,27% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas-VPA, que foi no valor de R\$ 17.133.193.357,98, (tabela 11).

As Transferências Intragovernamentais - que são as pertencentes à mesma esfera de governo - se mostraram mais relevante, com percentual de 99,99%, em relação ao total das Transferências e Delegações Recebidas, e acréscimo em percentual de 454,79%, comparado com o mesmo trimestre do ano anterior (tabela 12).

Nota 13 – Outras Variações Patrimoniais

Em 2026, as Transferências e Delegações Concedidas representaram um percentual de 68,31% do total das Variações Patrimoniais Diminutivas -VPD, que foi no valor de R\$ 6.853.427.834,28 (tabela 11), e acréscimo de 166,08%, em comparação com o primeiro trimestre do ano 2025, (tabela 13).

As Transferências Intragovernamentais - que são da mesma esfera de governo - foram as que tiveram maior relevância dentro das Transferências e Delegações Concedidas, as quais representaram 83,33% do total das VPD-Variações Patrimoniais Diminutivas e acréscimo de 143,19%, em comparação com o mesmo trimestre do ano 2025, (tabela 13).

Tabela 13 – Outras Variações Patrimoniais

R\$

Transferências e Delegações Concedidas	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)	Var. Absoluta
Transferências Intragovernamentais	3.901.450.492,25	1.604.308.740,68	143,19	2.297.141.751,57
Transferências Intergovernamentais	780.259.883,87	154.363.553,25	405,47	625.896.330,62
Outras Transferências e Delegações Concedidas	9.486,44	844.512,64	-98,88	- 835.026,20
Total	4.681.719.862,56	1.759.516.806,57	166,08	2.922.203.055,99

Fonte: SIAFI

Nota 14 – Transferências e Delegações Concedidas

Em 2026, o Grupo Outras Variações Patrimoniais Diminutivas teve acréscimo em percentual de 361,07%, em comparação com o primeiro trimestre do ano 2025, (tabela 14).

Esse grupo representou 23,12%, em relação ao total das Variações Patrimoniais Diminutivas -VPD, que foi 6.853.427.834,28, (tabela 11).

O destaque foi para a Conta Subvenções Econômicas que teve uma evolução significativa de 1952,91%, em comparação com o mesmo período do ano anterior, o qual demonstrou os registros de recursos para atender o Projeto de Interesse social em Áreas Rurais do Programa Minha Casa Minha Vida, operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (UG 560020), que totalizou no primeiro trimestre de 2026, R\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais).

Tabela 14 – Transferências e Delegações Concedidas

R\$

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)	Var. Absoluta
Premiações	750.000,00	300.000,00	150,00	450.000,00
Incentivos	205.660,49	298.654,08	-31,14	- 92.993,59
Subvenções Econômicas	1.402.437.500,00	68.314.628,63	1952,91	1.334.122.871,37
Constituição de Provisões	77.658.281,39	177.903.530,88	-56,35	- 100.245.249,49
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	103.802.723,59	96.913.438,08	7,11	6.889.285,51
Total	1.584.854.165,47	343.730.251,67	361,07	1.334.479.877,78

Fonte: SIAFI

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

Nota 15 – Receitas e Despesas

Tabela 15 – Receitas Orçamentárias

VALORES EM UNIDADES DE REAL					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	AH%	AV%
RECEITAS CORRENTES	150.773.086,00	49.956.224,92	-100.816.861,08	33,13%	100,00%
Receita Patrimonial	29.599.809,00	7.606.752,07	-21.993.056,93	25,70%	15,23%
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	7.008.720,00	1.533.542,90	-5.475.177,10		
Valores Mobiliários	22.591.089,00	6.073.209,17	-16.517.879,83		
Receita de Serviços	119.528.048,00	40.511.056,50	-79.016.991,50	33,89%	81,09%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	117.159,00	15,15	-117.143,85		
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao	119.410.889,00	40.511.041,35	-78.899.847,65	33,93%	
Transferências Correntes	0,00	39.192,60	39.192,60		0,08%
Outras Receitas Correntes	1.645.229,00	1.799.223,75	153.994,75	109,36%	3,60%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	119.350,00	1.073,21	-118.276,79		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.421.050,00	1.798.100,99	377.050,99	126,53%	
Demais Receitas Correntes	104.829,00	49,55	-104.779,45		
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-		
SUBTOTAL DAS RECEITAS	150.773.086,00	49.956.224,92	-100.816.861,08	33,13%	100,00%
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	150.773.086,00	49.956.224,92	-100.816.861,08		
DÉFICIT		12.793.555.483,15	12.793.555.483,15		
TOTAL	150.773.086,00	12.843.511.708,07	12.692.738.622,07		100,00%
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	651.866.074,00		-651.866.074,00		
Superávit Financeiro	500.000.000,00	-	-		
Excesso de Arrecadação	-	-	-		
Créditos Cancelados	151.866.074,00	-	-		

Fonte: SIAFI

O Balanço Orçamentário apresenta o resultado Deficitário de R\$ 12,84 bilhões. No Balanço Orçamentário o resultado é calculado pelas receitas e despesas segregadas por natureza de despesa.

No primeiro trimestre de 2026, consta no Balanço Orçamentário previsão de Receitas (Correntes e de Capital) no montante de R\$ 150,77 milhões e dotação atualizada de execução de despesas (Correntes e de Capital) no valor total de R\$ 17,23 bilhões. Desse modo, foram arrecadadas receitas no valor de R\$ 49,95 milhões e empenhadas despesas no valor de R\$ 12,84 bilhões.

Tendo em vista que não constam na previsão da receita as fontes do Tesouro Ordinárias (00 – Recursos Primários de Livre Aplicação), esses valores são demonstrados na coluna da Dotação da Despesa Atualizada (tabela 16).

Receitas Correntes

Em análise das Receitas Correntes do primeiro trimestre de 2026, ficou evidenciada maior arrecadação em Receitas de Serviços no valor de R\$ 40,51 milhões no MCID, com 33,89% de realização (AH) – e 81,09% (AV) do total da receita realizada, destacando a conta de “Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte”, das empresas TRENSURB e CBTU, respectivamente.

Em análise da execução das receitas realizadas no primeiro trimestre, houve 33,13% da execução total das Receitas

Correntes (receita executada / receita prevista), ficou evidenciada maior realização em Outras Receitas Correntes no valor de R\$ 1,79 milhões no MCID, com 109,36% (AH) – sendo deste, referente a conta de “Idenização, Restituição e Ressarcimento” da empresa TRENSURB. Todavia, o valor corresponde a 3,60% do total da receita realizada (tabela 15).

Receitas de Capital

No demonstrativo da receita de capital não houve previsão e realização de receita.

Despesas de Correntes

As Despesas Correntes foram executadas no percentual de 46,57% das Dotações Autorizadas (AH), empenhando-se o valor de R\$ 2,13 bilhões de um total autorizado de 4,59 bilhões, conforme tabela 16.

A conta “Outras Despesas Correntes” foi a que apresentou maior variação percentual de 55,33% no valor de R\$ 1,74 bilhões em relação as despesas autorizadas atualizadas do grupo (AH), referente ao Programa Nacional Habitacional Rural/PMCMV, operacionado pela Caixa Economica Federal, unidade gestora código 560020. A execução da despesa também foi no grupo “Outras Despesas Correntes” (AV) no percentual de 81,82%, conforme tabela 16.

Tabela 16 – Despesas Orçamentárias

VALORES EM UNIDADES DE REAL					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO DA DOTAÇÃO	AH%	AV%
DESPESAS CORRENTES	4.590.030.383,00	2.137.655.864,58	2.452.374.518,42	46,57%	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	1.429.010.520,00	388.632.082,00	1.040.378.438,00	27,20%	18,18%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.161.019.863,00	1.749.023.782,58	1.411.996.080,42	55,33%	81,82%
DESPESAS DE CAPITAL	12.643.769.446,00	10.705.855.843,49	1.937.913.602,51	84,67%	100,00%
Investimentos	6.335.631.405,00	705.855.843,49	5.629.775.561,51	11,14%	6,59%
Inversões Financeiras	6.308.138.041,00	10.000.000.000,00	-3.691.861.959,00	158,53%	93,41%
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	17.233.799.829,00	12.843.511.708,07	4.390.288.120,93	74,53%	100,00%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	17.233.799.829,00	12.843.511.708,07	4.390.288.120,93		
TOTAL	17.233.799.829,00	12.843.511.708,07	4.390.288.120,93	74,53%	100,00%

Fonte: SIAFI

Despesas de Capital

As Despesas de Capital foram executadas no percentual de 84,67% das Dotações Autorizadas (AH), empenhando-se o valor de R\$ 10,70 bilhões, de um total autorizado de 12,64 bilhões, conforme tabela 16.

A conta “Inversões Financeiras” foi a que apresentou maior variação percentual de 158,53% no valor de R\$ 10,00 bilhões em relação as despesas autorizadas atualizadas do grupo (AH), refere-se a operacionalização do Fundo Social (560029). A execução da despesa de capital foi mais expressivo também nesse grupo com o percentual de 93,41% (AV), conforme tabela 16.

Nota 16 – Execução da Despesa

Verifica-se que foram empenhados R\$ 12,84 bilhões, o que representa 74,53% (AH) da dotação atualizada de R\$ 17,23 bilhões, caracterizada pela execução de projetos plurianuais focados em políticas públicas de habitação, saneamento e mobilidade urbana, dentre outros, conforme tabela 16.

A gestão orçamentária e financeira do Ministério das Cidades é realizada por suas secretarias (órgãos da Administração Direta), entidades da Administração Indireta (vinculadas), além do FNHIS que apoiam e financiam o desenvolvimento de políticas públicas.

BALANÇO FINANCEIRO - BF

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte (Lei nº 4.320/1964, art. 103).

De acordo com o MCASP, o Balanço Financeiro será elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- a. Classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, Saldo em Espécie do Exercício Anterior e Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte;
- b. Classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas) para as Transferências Financeiras Concedidas;
- c. Classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) para as Transferências Financeiras Recebidas;
- d. Classe 5 (Orçamento Aprovado) para a Inscrição de Restos a Pagar; e
- e. Classe 6 (Execução do Orçamento) para a Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária e Pagamento de Restos a Pagar.

Os Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários) se equilibram por meio da inclusão do Saldo em Espécie do Exercício Anterior na coluna dos Ingressos e do Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte na coluna dos Dispêndios.

As receitas orçamentárias serão apresentadas líquidas de deduções.

Nota 17 – Ingressos Financeiros

Os ingressos atingiram o montante de **R\$ 23,9 bilhões** (tabela 17), cuja arrecadação concentra-se nas Transferências Financeiras Recebidas – Repasse Recebido (R\$ 4,61 bilhões).

Cabe mencionar que dentro do grupo de Recebimentos Extraorçamentários (R\$ 7,09 bilhões) há dois itens de grande representatividade monetária que se referem a “Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados” e “Outros Recebimentos Extraorçamentários”, com um montante de R\$ 6,65 bilhões e R\$ 366,97 milhões, respectivamente.

A “Inscrição de Restos a Pagar Não Processados”, registrado no BF do lado dos Ingressos, corresponde ao registro do saldo dos empenhos emitidos no exercício corrente para compensar/equilibrar a contrapartida do seu registro como despesa (despesas empenhadas/executadas) registradas do lado dos Dispêndios no BF. Essa metodologia foi definida pela Lei nº 4.320/1964, a qual estabelece que “pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas” (art.35).

Portanto, as despesas empenhadas, e ainda não pagas até 31/12, são consideradas como restos a pagar não processados. Assim, "os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária". (art. 103, parágrafo único da Lei nº 4.320/64).

Tabela 17 – Principais grupos de ingressos financeiros

	R\$				
INGRESSOS	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)	AV (%)	Diferença
Receitas Orçamentárias	49.956.224,92	32.640.344,39	53,05%	0,21%	17.315.880,53
Transferências Financeiras Recebidas	16.321.044.757,32	2.941.858.841,96	454,78%	68,24%	13.379.185.915,36
Recebimentos Extraorçamentários	7.095.164.927,79	363.232.231,54	1853,34%	29,67%	6.731.932.696,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	448.818.783,25	562.033.402,95	-20,14%	1,88%	-113.214.618,70
TOTAL	23.914.984.693,28	3.899.764.820,84		100%	20.015.219.872,29

Fonte: SIAFI

Dentro do grupo das Transferências Financeiras Recebidas, que representa a maior parte da totalidade do montante dos Ingressos (68,24%), cabe destacar que há dois itens de grande representatividade monetária relacionado às transferências

– Resultantes da Execução Orçamentária pela rubrica: Repasse Recebido (R\$ 4.616.028.558,46) e Transferências – Independentes da Execução Orçamentária, pela rubrica: Transferências Recebidas para Pagamento de RP (R\$ 7.766.568.417,71).

Nota 18 – Dispêndios Financeiros

Os dispêndios do primeiro trimestre de 2026 tiveram um acréscimo de 513,24% em relação ao primeiro trimestre de 2025. A evolução dos Dispêndios foi verificada nas Despesas Orçamentárias com Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas, bem como o Pagamento de Restos a Pagar referente as ações do Ministério.

Tabela 18 – Principais Grupos dos Dispêndios Financeiros

					R\$
DISPÊNDIOS	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)	AV (%)	Diferença
Despesas Orçamentárias	12.843.511.708,07	500.967.365,64	2.463,70	53,70	12.342.544.342,43
Transferências Financeiras Concedidas	3.866.362.329,68	1.589.617.911,64	143,23	16,17	2.276.744.418,04
Pagamentos Extraorçamentários	6.471.863.703,13	1.271.369.030,54	409,05	27,06	5.200.494.672,59
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exercício Seguinte)	733.246.952,40	537.810.513,02	36,34	3,07	195.436.439,38
TOTAL	23.914.984.693,28	3.899.764.820,84		100,00	20.015.219.872,44

Fonte: SIAFI Web

As Despesas Orçamentárias possuem duas classificações: ordinárias e vinculadas.

As *Despesas Orçamentárias Ordinárias* compreendem as despesas de livre alocação entre a sua origem e a aplicação de recursos destinados a atender a quaisquer finalidades.

As *Despesas Orçamentárias Vinculadas* compreendem aquelas cuja destinação específica é definida em lei, estando os recursos atrelados a determinados programas, atividades, órgãos ou fundos, como:

- a) Educação;
- b) Seguridade Social;
- c) Previdência Social (RPPS);
- d) Dívida Pública;
- e) Transferências Constitucionais e Legais; e
- f) Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas.

Nota 19 – Resultado Financeiro

De acordo com o MCASP (Parte V, DCASP), “um resultado financeiro positivo é um indicador de equilíbrio financeiro. No entanto, uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento.”

Há duas formas para o cálculo do resultado financeiro. Pela metodologia 1 considera-se o total dos ingressos e dispêndios excluindo-se o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Pela metodologia 2 considera-se apenas os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa inicial e final, deduzindo-se o saldo do exercício anterior do saldo que passa para o exercício seguinte; e esta metodologia é equivalente à Geração Líquida de Caixa apresentada pela Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC.

O **Resultado Financeiro do Período** foi Superavitário em R\$ 284,42 milhões (tabela 19), em função do item Caixa e Equivalentes de Caixa Final (Exercício Seguinte) ter sido superior ao Saldo Inicial de Caixa (Exercício Anterior).

Tabela 19 - Resultado Financeiro do período x DFC: Geração Líquida de Caixa

R\$

Balanco Financeiro	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa: Saldo para o Exercício Seguinte	733.246.952,40	537.810.513,02	36,33%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa: Saldo do Exercício Anterior	448.818.783,25	562.033.402,95	-20,14%
(=) Resultado Financeiro	284.428.169,15	-24.222.889,93	

Fonte: SIAFI Web

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

Fluxos de caixa: são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa.

A DFC identificará:

- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
- o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Na DFC os fluxos de recursos são representados por atividades que contribuem para a formação de caixa do órgão.

A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício de referência.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão. São as atividades da entidade que não sejam de investimento e de financiamento.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos. São as atividades referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Suas atividades são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento, não classificadas como atividades operacionais.

Nota 20 – Geração Líquida de Caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), em cumprimento ao Decreto nº 93.872/1986 que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF (tabela 19).

O **resultado financeiro do período** foi Superavitário em R\$ 284,42 milhões (tabela 19), em função do item Caixa e Equivalentes de Caixa Final (Exercício Seguinte) ter sido superior ao Saldo de Caixa Inicial (Exercício Anterior), havendo um aumento significativo de 1.274,21%, em relação ao Exercício Anterior, conforme pode ser observado nas tabelas abaixo.

Tabela 20 – DFC X BF: Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

Demonstração dos Fluxos de Caixa	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)
Caixa e Equivalente de Caixa Final	733.246.952,40	537.810.513,02	36,33%
(-) Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	448.818.783,25	562.033.402,95	-20,14%
(=) Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	284.428.169,15	-24.222.889,93	1274,21%

Balanzo Financeiro	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa: Saldo para o Exercício Seguinte	733.246.952,40	537.810.513,02	36,33%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa: Saldo do Exercício Anterior	448.818.783,25	562.033.402,95	-20,14%
(=) Resultado Financeiro	284.428.169,15	-24.222.889,93	1274,21%

Pela tabela abaixo verifica-se que o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais foi positivo de R\$ 9,96 bilhões; entretanto, o Fluxo das Atividades de Investimento foi negativo em 9,68 bilhões, no qual resultou em uma Geração Líquida de Caixa Superavitária de 284,42 milhões.

Tabela 21 - Fluxo de Caixa das Atividades

Atividades	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	9.965.025.472,18	676.925.768,10	1372,10%
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-9.680.597.303,03	-701.148.658,03	1280,67%
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-
Geração Líquida de Caixa	284.428.169,15	-24.222.889,93	1274,21%

Fonte: SIAFI Web

Nota 21 – Atividades Operacionais – Ingressos de Caixa

Analisando o fluxo das atividades operacionais, na parte dos Ingressos, o item que apresentou o maior montante de recursos foi o de **Outros Ingressos Operacionais**, com R\$ 16,68 (bilhões) de ingressos em decorrência das Transferências Financeiras Recebidas que atingiu o montante de R\$ 16,32 (bilhões). Este item compreende os recursos recebidos do Tesouro Nacional para pagamento das despesas orçamentárias tanto do exercício corrente quanto de Restos a Pagar que constituem obrigações contraídas em exercícios anteriores.

O item Remuneração das Disponibilidades teve redução significativa de 100%, em comparação com o exercício anterior, conforme tabela 22.

Tabela 22 – DFC: Ingressos das Atividades Operacionais

INGRESSOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)
INGRESSOS	16.738.852.454,77	3.140.954.966,62	432,92
Receita Patrimonial	7.606.752,07	1.297.460,45	486,28
Receita de Serviços	40.511.056,50	24.467.736,38	65,56
Remuneração das Disponibilidades	-	4.202.880,41	-100
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.799.223,75	2.636.101,53	-31,74
Transferências Recebidas	39.192,60	36.165,62	8,37
Outros Ingressos operacionais	16.688.896.229,85	3.108.314.622,23	436,91

Fonte: SIAFI Web

Nota 22 – Atividades Operacionais – Desembolsos de Caixa

Tabela 23 – DFC: Desembolsos das Atividades Operacionais

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)
DESEMBOLSOS	-6.773.826.982,59	-2.464.029.198,52	174,91
Pessoal e Demais Despesas	-1.846.188.689,43	-488.481.010,75	277,94
Transferências Concedidas	-1.057.140.880,58	-384.420.475,25	174,99
Outros Desembolsos Operacionais	-3.870.497.412,58	-1.591.127.712,52	143,25

Fonte: Siafi

Conforme a tabela 23, dos desembolsos das atividades operacionais no total de R\$ 6,77 bilhões, o grupo mais representativo foi o de “**Outros Desembolsos Operacionais**”, com um montante de R\$ 3,87 bilhões, em decorrência das **Transferências Financeiras Concedidas**, que somaram R\$ 3,86 bilhões, nas quais estão incluídos os recursos repassados aos órgãos vinculados para pagamento de despesas do exercício e das contraídas em exercícios anteriores, inscritas em restos a pagar.

Conforme a mesma tabela, verifica-se representativo acréscimo no volume total nos desembolsos das atividades operacionais com aumento de 174,91%, em relação ao mesmo período do exercício de 2025, decorrente de da aprovação do orçamento de 2026 do Governo Federal, o que permitiu considerável liberação de recursos para o pagamento de despesas no primeiro trimestre de 2026.

Nota 23 – Atividades de Investimento

Atividades de Investimentos – Ingressos

Não houve Ingressos das Atividades de Investimentos no primeiro trimestre de 2025, como também não houve no exercício anterior.

Atividades de Investimento – Desembolsos

Conforme a tabela 24, dos desembolsos das atividades de investimento no total de R\$ 9,68 (bilhões), o grupo mais representativo foi o de “**Concessão de Empréstimos e Financiamentos**”, com um montante de R\$ 9,47 (bilhões), tendo um resultado negativo em vista de não haver aporte de ingressos das atividades de financiamento que pudesse amparar o desembolso dessas atividades, havendo um aumento de 1280,67%, em relação ao exercício anterior.

Tabela 24 - Desembolsos das Atividades de Investimento R\$

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	31/03/2026	31/03/2025	AH (%)
DESEMBOLSOS	-9.680.597.303,03	-701.148.658,03	1280,67
Aquisição de Ativo Não Circulante	-24.650.555,86	-9.993.980,80	146,65
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-9.478.253.633,07	0,00	100
Outros Desembolsos de Investimento	-177.693.114,10	-691.154.677,23	-74,29

Fonte: SIAFI Web

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

As Notas Explicativas referente a DMPL não foram elaboradas em virtude do demonstrativo gerado em 30/4/2026 (vide abaixo) não possuir saldos suficientes para confecção das notas do primeiro trimestre de 2026.

Aguardamos possível manifestação da CCONT/STN nesse sentido, tendo em vista casos semelhantes anteriores, posteriormente ajustados.

Dados do Demonstrativo

Grupo: BGU
 Código do Demonstrativo: 6
 Título do Demonstrativo: Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Órgão: 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES (Órgão Superior)
 Moeda: Real
 Ordem de Grandeza de Unidades Monetárias: Unidade
 Idioma: Português

Periodicidade: Mensal / MARÇO Emissão: 30/04/2026 18:37:14

Especificação	Patrimônio/Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	8.516.380.081,50	120.150.948,78	-	-	193.193,82	-11.335.903.941,19	27.864.239,96	-	-2.871.415.478,33
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	2.810.577,31	-	-	-	-249.380.054,71	-	-	-246.569.477,40
Aumento/Redução de Capital	92.111.819,57	-500.468,84	-	-	-	-938.478,95	-	-	90.572.879,78
Resgate/Re emissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-193.193,82	-566.443.782,85	-	-	-566.635.976,17
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	32.343,43	1.120.758,84	-	1.153.102,27
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	11.348.728.387,63	-	-	11.348.728.387,63
Constituição/Reversão de Reservas	-	7.566.712,11	-	-	-	-	-6.628.232,16	-	938.479,95
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IRUCS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2025	8.608.391.901,07	129.627.770,36	-	-	-	-803.904.527,34	22.356.768,64	-	7.956.771.910,73

Nota 24 – Resultado do Exercício

Destaca-se que o Resultado do Exercício constante da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, totalizando R\$ 10.279.765.523,70, foi igual ao apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP (tabela 11) e ao do Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial – BP (tabela 10), referentes ao mesmo período (primeiro trimestre/2026).

X